



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 125/2019

Autoria: Deputada Alessandra Campêlo

Relatora: Deputada Joana Darc

Dispõe sobre a obrigatoriedade de tríos, camarotes, restaurantes, bares, boates, casas de shows e congêneres afixarem placas ou similares de forma legível e aparente ao público, com o texto do art. 215-A, do Código Penal, que tipifica a importunação sexual, no âmbito do Estado do Amazonas.

I - RELATÓRIO:

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 125/2019, de autoria da Ilustre Deputada Alessandra Campêlo que dispõe sobre a obrigatoriedade de tríos, camarotes, restaurantes, bares, boates, casas de shows e congêneres afixarem placas ou similares de forma legível e aparente ao público, com o texto do art. 215-A, do Código Penal, que tipifica a importunação sexual, no âmbito do Estado do Amazonas.

A proposição foi apresentada no dia 19/03/2019, sendo incluída em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 21, 26 e 27 de março, sem interposição de emendas.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 27, inc. I, alínea "a"¹ c/c Art. 127, §1º, inc. III², do Regimento Interno, recebendo parecer favorável, de autoria do Deputado Delegado Péricles.

Posteriormente, os autos foram dirigidos à Comissão de Assuntos Econômicos, obtendo parecer favorável, de autoria do Deputado Wilker Barreto, e, em seguida, enviado para esta Comissão da Mulher, da Família e do Idoso.

Passo a emitir Parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando os nobres pares desta Comissão e ao douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer deste relator.

¹ Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas: I – Comissão de Constituição, Justiça e Redação: a) aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de proposições sujeitas à apreciação da Assembleia e de matérias que lhe sejam encaminhadas.

² Art. 127. (...) §1º A proposição é despachada às comissões pelo Presidente da Assembleia, obedecendo aos seguintes procedimentos: (...)

III – distribuição da matéria às comissões permanentes, iniciando a análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que efetua o exame de admissibilidade jurídica e legislativa, salvo exceções contidas neste Regimento.

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez

CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS



É o breve relatório. Passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

Com base no que dispõem o Art. 33, caput, da Constituição Estadual³ e Art. 87, inc. I, do Regimento Interno⁴, a eminente deputada submete para apreciação desta Casa Legislativa a presente propositura justificando a iniciativa, em breve síntese, que o projeto visa determinar dos trios, camarotes, restaurantes, bares, boates, casas de shows e congêneres a fixarem placas ou similares com o texto do art. 215-A, do Código Penal.

Em análise a propositura, observa-se ser louvável a iniciativa da Parlamentar em buscar meios de proteção e divulgação dos direitos das mulheres, uma vez que pretende efetivar a aplicação da norma federal, divulgando em locais de eventos, a fim de que o público e os responsáveis pela segurança local conheçam a lei, e a cumpram quando necessário, criando um ambiente seguro e confortável ao bem-estar das mulheres.

Além disso, ainda em análise da propositura, evidencia-se que o projeto atende ao anseio da Constituição Federal de 1988 e os diplomas internacionais, assinados pelo Brasil, na busca de que o Estado crie e assegure mecanismos para coibir a violência contra a mulher.

Nessa linha, cumpre salientar que no Brasil os avanços legislativos na tentativa de diminuir ou até mesmo sanar a violência contra as mulheres, tem se tornado mais evidentes, como por exemplo a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), conhecida internacionalmente e criada para combater a violência doméstica no país.

Nessa ordem de ideias, o Poder Executivo ao sancionar uma série de alterações no Código Penal, pela Lei nº 13.718/18, fez um avanço na luta feminina contra a violência nas ruas, no transporte público e em festas, visto que muitas mulheres ainda são vítimas desse tipo de crimes. Desta forma, surge a necessidade de se discutir e propagar o conceito da importunação sexual e as suas consequências no plano do Direito Penal no Brasil.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando que o presente projeto atende os requisitos formais exigidos pela ordem constitucional, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 125/2019, de

³ Art. 33. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral, ao Tribunal de Contas do Estado e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁴ Art. 87. A apresentação de projetos respeita a iniciativa privativa, nos termos da Constituição do Estado, admitindo-se as seguintes hipóteses quanto à autoria:

I – Deputado e ou Deputados em conjunto, com limite de 02 (dois) Deputados por Projeto;

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS



autoria da Deputada Alessandra Campêlo, conclamando aos nobres pares desta Comissão e ao Plenário desta Casa idêntico voto.

É o Parecer.

S.R. da Comissão da Mulher, da Família e do Idoso da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 12 de setembro de 2019.


DEPUTADA JOANA DARC
Relatora



Poder Legislativo
Assembleia do Estado do Amazonas
Gabinete Deputada Estadual Alessandra Campêlo
1ª Vice-Presidente Assembleia do Estado do Amazonas
Comissão da Mulher, da Família e dos Idoso.
CERTIDÃO DE VOTAÇÃO



PROJETO ☒ PL () PLC () PEC () PRL n. 1025 / 2019

AUTOR: (A) DEPUTADO (A) Alessandra Campêlo

A CMFI/ALEAM RESOLVE, por ☒ unanimidade () maioria de votos, resolve ☒ APROVAR () REJEITO o parecer técnico apresentado pelo Relator, as fls. *retro*, culminando no (☒) PROSSEGUIMENTO () ARQUIVAMENTO da proposição em epígrafe.

Na hipótese de parecer rejeitado, fica desde já designado como novo relator, nos termos do art. 43, inc. V, do Regimento Interno da ALEAM, o (a) Deputado (a) _____.

Manaus – AM, 02 / 10 / 2019.

Presidente da Comissão da Mulher, das famílias e do Idoso.
Deputada Alessandra Campêlo

Deputado (a) _____

Relator – Dep Joana Darc

Deputada Therezinha Ruiz – PSDB
Vice-Presidente

Deputado Serafim Corrêa- PSB
Suplente

Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis – PP
Membro

Deputado Belarmino Lins - PP
Suplente

Deputada Joana Darc Protetora – PR
Membro

Deputado Dermilson Chagas - PP
Suplente

Deputado Fausto Junior– PV
Membro

ALESSANDRA
DEPUTADA ESTADUAL *ela é de coragem*

Av. Mário Ypiranga Monteiro (antiga Recife), 3.950 - Parque 10 de Novembro
2º andar, Sala 216/2 CEP 69.050-030 - Manaus/ AM
Fone: (92) 3183-4375/ 3183-4625